

ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.

ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha	\$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

3.ª Repartição

Tomando em consideração os requerimentos que as juntas de parochia das freguezias de Souto de Aguiar, Eirado, Valverde, Cruze, Pinheiro, Sequeiros e Gradiz; todas no concelho de Aguiar da Beira, distrito da Guarda; dirigiram á minha real presença em 17 de agosto e 15 de dezembro do anno proximo passado, pedindo a competente autorização para poderem receber e averbar em seu nome; a primeira, a quantia de 2:000\$000 réis, e cada uma das outras, a de 1:000\$000 réis em inscripções, com assentamento na junta do credito publico, para com o juro annual sustentarem nas suas freguezias uma escola de ensino primario, na conformidade do legado instituido pelo capitão de veteranos Alexandre José de Frias; e

Atendendo a que estas pretensões das juntas requerentes se acham devidamente instruidas nos termos da portaria da 26 de junho de 1849;

Atendendo a que é de reconhecida conveniencia, que se leve a effecto, segundo a vontade do pio instituidor, e em beneficio do publico, o estabelecimento de escolas de instrução primaria nas ditas freguezias, onde actualmente não ha escolas publicas d'esta natureza;

Hei por bem, conformando-me com a opinião do ajudante do procurador geral da coroa, conceder ás juntas de parochia requerentes a necessaria autorisação para a acquisição do legado que lhes foi deixado pelo capitão Alexandre José de Frias; cunprindo que as inscripções sejam averbadas para o fim especial de serem os juros annuaes applicados á manutenção das respectivas escolas primarias; as quaes deverão ser definitivamente providas conforme as disposições da portaria de 7 de junho de 1848, e do decreto de 10 de janeiro de 1851, artigo 24.º e seguintes.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 2 de abril de 1860. —REI. —Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

1.ª Repartição

DESPACHOS

INSTRUÇÃO SUPERIOR

Manuel Nicolau de Bettencourt Pitta, nomeado substituto ordinario da escola medico-cirurgica de Lisboa.

Dr. Antonio Augusto da Costa Simões, nomeado lente cathedratice da faculdade de medicina da universidade de Coimbra.

José Alexandre Rodrigues, nomeado lente proprietario da 6.ª cadeira da escola polytechnica de Lisboa.

Luiz Profirio da Motta Pegado, nomeado lente proprietario da cadeira de geometria descriptiva na escola polytechnica de Lisboa.

INSTRUÇÃO SECUNDARIA

Luiz Baptista Montes, nomeado professor temporario (por dois annos) para a cadeira de latim da villa de Estarreja.

João Antonio Pires Villar, nomeado professor temporario (por tres annos) da 3.ª e 4.ª cadeiras do lyceu nacional de Bragança.

Francisco Alexandre de Vilhena, nomeado professor temporario (por tres annos) para a cadeira de grammatica portugueza e latina e latinidade de S. Thiago de Cacem.

Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo, professor da 4.ª cadeira do lyceu nacional de Braga, agraciado com o terço do ordenado em conformidade com a carta de lei de 17 de agosto de 1853.

José Leão de Almeida Castilho e Palma, professor proprietario e vitalicio de grammatica latina na cidade de Lagos, agraciado com o terço do ordenado em conformidade com a carta de lei de 17 de agosto de 1853.

Victorino José de Medeiros, nomeado porteiro do lyceu nacional de Ponta Delgada.

INSTRUÇÃO PRIMARIA

Professores vitalicios

Manuel Ferreira Lamellas, nomeado professor vitalicio para Villar de Torpim, concelho de Figueira de Castello Rodrigo, distrito da Guarda.

Lourenço Dias da Costa, nomeado professor vitalicio para Nogueira de Cravo, concelho de Oliveira de Azemeis, distrito de Aveiro.

Maria Delfina de Jesus, nomeada mestra vitalicia para a villa de Chaves, distrito de Villa Real.

Antonio Pedro Moreira, nomeado professor vitalicio para a villa de Alhos Vedros, concelho do Barreiro, distrito de Lisboa.

Henriqueta da Gloria Machado, nomeada mestra vitalicia para a villa de Taboão, distrito de Vizeu.

Antonio Bernardo Mendes, nomeado professor vitalicio para Varge, concelho de Bragança.

Antonio Luiz de Sá Araújo e Castro, nomeado professor vitalicio para Dornes, concelho de Ferreira do Zezere, distrito de Santarém.

Professores temporarios

Francisco Maria Escarrião Velho, nomeado professor temporario (por tres annos) para Almofala, concelho de Vieira de Castello Rodrigo, distrito da Guarda.

João Victorino Fernandes de Azevedo, nomeado professor temporario (por tres annos) para Espozende, distrito de Braga.

Francisco José de Aragão, nomeado professor temporario (por tres annos) para Pinzio, concelho e distrito da Guarda.

Antonio de Castro e Abreu Guimarães, nomeado professor temporario (por tres annos) para Rua, concelho de Sernache, distrito de Vizeu.

Manuel Pereira Resende, nomeado professor temporario (por tres annos) para a Villa do Nordeste, distrito de Ponta Delgada.

Antonio Carlos Teixeira, nomeado professor temporario (por tres annos) para o mesmo distrito.

Cecilia Candida de Castro Cabrita, nomeada mes-

tra temporaria (por tres annos) para a villa de Montemor o Novo, distrito de Évora.

Manuel Gomes Pereira, nomeado professor temporario (por tres annos) para a Casal da Cinza, concelho e distrito da Guarda.

Miguel Rodrigues, nomeado professor temporario (por tres annos) para o logar da Encarnação, concelho de Mafra, distrito de Lisboa.

Padre José do Rosario Nunes da Paz, nomeado professor temporario (por tres annos) para Ribaldeira, freguezia de S. Pedro de Dois Portos, concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa.

INSTRUÇÃO ESPECIAL

Manuel Joaquim Alves Passos, nomeado delegado da inspecção geral dos theatros no distrito administrativo de Braga.

TRANSFERENCIA

Augusto Leitão Xavier, transferido da cadeira de ensino primario de Oledo, para a cadeira do mesmo ensino do logar de Louso.

APOSENTAÇÃO

José Correia de Almeida, professor de ensino primario (primeiro grau) no logar de Burgo, concelho de Canavezes, distrito do Porto, aposentado com dois terços do ordenado respectivo.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DA TRESOURARIA

Usando da autorisação concedida ao governo pela carta de lei do 1.º de julho de 1857, hei por bem approvar o contrato celebrado entre o governo e a direcção do banco de Portugal para um emprestimo da quantia de 15:000\$000 réis em addicionamento ao de 60:000\$000 réis, contratado em 18 de agosto de 1857, para ser exclusivamente applicado á continuacão das obras de construcção do edificio da escola polytechnica de Lisboa, na conformidade do termo lavrado e assignado na data de hoje, o qual fica fazendo parte d'este decreto.

O conselheiro José Maria do Casal Ribeiro, ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, assim o tenha entendido e expeça para sua execução as participações necessarias. Paço, em 7 de abril de 1860. —REI. —José Maria do Casal Ribeiro.

TERMO A QUE SE REFERE O DECRETO SUPRA

Aos 7 de abril de 1860, n'esta cidade de Lisboa e no thesouro publico, achando-se presente o ill.º e ex.º conselheiro José Maria do Casal Ribeiro, ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, e o ill.º e ex.º conselheiro d'estado extraordinario, o procurador geral da fazenda Joaquim José da Costa e Simas, compareceram os ex.ºs presidente e membros da direcção do banco de Portugal, abaixo assignados, a fim de tratarem do modo de se realizar um emprestimo da quantia de 15:000\$000 réis, como addicionamento ao de 60:000\$000 réis, celebrado em 18 de agosto de 1857, o qual é contratado em virtude da carta de lei do 1.º de julho de 1857, para ser exclusivamente applicado á continuacão das obras de construcção do edificio da escola polytechnica de Lisboa, tendo acordado ambas as partes, para o dito fim, nas seguintes condições: 1.º O banco de Portugal empresta ao governo a quantia de 15:000\$000 réis em moeda metalica, que será entregue á junta administrativa da escola polytechnica, em prestações successivas, á medida que a mesma junta lhe forem requisitadas. 2.º Este emprestimo vencerá, como o primeiro, o juro de 5 por cento ao anno e mais 1 por cento de commissão de gerencia sobre o capital desembolsado. O pagamento do juro e commissão, bem como a amortisação, serão satisfeitos pela junta administrativa da escola, pela somma de 8:000\$000 réis, a que se refere a segunda condição do referido contrato de 18 de agosto de 1857, em conformidade do artigo 3.º da supracitada carta de lei. 3.º Todas as cações mencionadas na terceira condição do primeiro contrato são extensivas a este novo emprestimo adicional, e alem d'isso, a junta administrativa da escola depositará desde logo no banco, como hypotheca especial, em inscripções, a somma sufficiente para garantia dos 15:000\$000 réis d'este emprestimo. 4.º Os juros serão contados das datas das entregas que o banco fizer, e liquidados no fim de cada anno, como se tem praticado em relação ao primeiro emprestimo. Para firmeza do que se lavrou o presente termo que vae assignado pelas pessoas retro mencionadas, e que em Joaquim José do Nascimento Lubi, conselheiro, director geral da thesouraria, subscrevi. —José Maria do Casal Ribeiro —Joaquim José da Costa e Simas —José Lourenço da Luz, presidente da direcção do banco —José Ignacio de Andrade —Augusto Xavier da Silva —José Ricca —João Ribeiro Franco —Joaquim José Fernandes —J. A. Pereira Vianã Junior —Antonio José Pereira Serzedello —José Manuel Leitão.

DIRECÇÃO GERAL DA CONTABILIDADE

3.ª Repartição

Tendo requerido o padre Manuel Florentino Vieira, Francisco Carlos Vieira, Lourenço Vieira, Antonio Vieira, e Rosa Vieira, as prestações que pelo titulo de renda vitalicia n.º 6:256 se ficaram a dever ao egresso José da Conceição Vieira Araújo, fallecido em 30 de janeiro ultimo, assim se annuncia em virtude da carta de lei de 24 de agosto de 1848, a fim de que qualquer pessoa que se julgue com melhor direito ás ditas prestações o venha reclamar dentro do prazo de sessenta dias, contado da publicação do presente annuncio; findo o qual será resolvida esta pretensão.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, 12 de abril de 1860. —Alexandre José da Silva e Almeida.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

2.ª Direcção — 4.ª Repartição

Não sendo sufficiente a quantia de 430:959\$150 réis distribuida na tabella das despesas do ministerio da guerra, de 17 de julho de 1857, confeccionada em conformidade das cartas de lei de 15 do dito mez, para fornecimento de pão e das forragens á tropa durante o actual anno economico, por quanto aquella despesa montará approximadamente a 480:129\$650 réis, em consequência de custear as rações de pão mais de 36 réis cada uma, e as de forragem tambem mais de 210 réis, preços por que

foram calculadas no respectivo orçamento, dando-se portanto a necessidade de fazer uso da autorisação concedida pelo artigo 2.º § 5.º da lei da despesa ordinaria e extraordinaria do estado, da referida data: hei por bem ordenar, ouvido o conselho de estado, que no ministerio da fazenda se abra a favor do ministerio da guerra um credito supplementar pela quantia de 49:170\$500 réis, a fim de ser applicada ao pagamento da differença entre a importância do fornecimento que effectivamente se fizer no actual anno economico, e a comprehendida na sobredita tabella com applicação a esta despesa.

O presidente do conselho, ministro e secretario d'estado interino dos negocios da guerra, o tenha assim entendido e faça cumprir, dando conta ás côrtes d'esta disposição, e do uso que d'ella fizer. Paço das Necessidades, em 26 de março de 1860. —REI. —Duque da Terceira.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Repartição central

Sendo necessario dar algumas providencias, pelas quaes se regule o serviço da 3.ª direcção do ministerio da marinha e ultramar, em conformidade com as disposições do decreto de 19 de agosto de 1859, para execução da carta de lei de 14 de agosto de 1858, e com as que para a reorganisação d'aquelle ministerio foram estabelecidas pelo outro decreto de 6 de setembro do anno findo: hei por bem ordenar o seguinte:

Artigo 1.º O conselheiro director da 3.ª direcção do ministerio da marinha e ultramar, Joaquim Dias Torres, é autorisado para assignar as requisições de credito certo e incerto, e as ordens de pagamento, autorisação e delegação relativas ás despesas do mesmo ministerio.

§ unico. É igualmente encarregado de assignar toda a correspondencia em relação a este serviço.

Art. 2.º A autorisação conferida pelo artigo antecedente ao director actual da 3.ª direcção é pessoal, e deve a assignatura correspondente ser precedida d'esta formula: Pelo ministro. —

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, interinamente encarregado dos da marinha e ultramar, o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 11 de abril de 1860. —REI. —Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

2.ª Direcção — 2.ª Repartição

Tendo, por decreto de 7 do corrente mez, expedido pelo ministerio das obras publicas, sido demittido Luiz de Almeida Mello do logar de director do correio da villa de Ceia, em consequência do seu irregular e inconveniente procedimento no desempenho das funções d'aquelle cargo; e não convido assim que o mencionado individuo vá exercer o emprego de director da alfandega de Lourenço Marques na provincia de Moçambique, para que interinamente foi nomeado por decreto de 8 tambem do corrente: hei por bem declarar de nenhum effecto a dita nomeação interina feita pelo citado decreto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, encarregado interinamente dos da marinha e ultramar, o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 23 de março de 1860. —REI. —Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

DESPACHOS QUE TIVERAM LOGAR POR DECRETOS DAS SEQUENTES DATAS

1.ª Direcção — 3.ª Repartição

Março 26 Thomás de Aquino Pinheiro —despachado para um dos logares que se acham vagos de cirurgião de 2.ª classe da armada.

Abril 2 Antonio Pinto Roquete, cirurgião de 2.ª classe da armada — promovido a cirurgião de 1.ª classe.

Março 30 Caeano Xavier Felix de Sá, professor de instrução primaria da freguezia da Piedade, concelho das ilhas de Goa — jubulado com o vencimento annual de 240 xerafins.

» 31 José Bernardo Collaço —exonerado do logar de procurador da coroa e fazenda junto á relação de Goa, por se achar determinado no artigo 2.º do decreto de 12 de dezembro de 1856 que este emprego seja exercido por um bacharel em direito.

» 31 José Julio Rodrigues, juiz da relação de Loanda — nomeado procurador da coroa e fazenda junto á relação de Goa.

» 24 Belchior dos Santos Monteiro — nomeado 2.º escrivão da alfandega da ilha do Sal, na provincia de Cabo Verde.

Abril 4 Antonio Carlos Cardoso de Sá, primeiro sargento aspirante a official do regimento de cavallaria n.º 7 —despachado alferes para a provincia de Moçambique.

2.ª Direcção — 1.ª Repartição

Receberam-se noticias de Moçambique com data de 17 de janeiro ultimo.

O estado sanitario podia reputar-se soffrivel apesar de ser a quadra do anno mais insalubre.

Tinham chegado quatro patachos de Bombaim e ainda se esperavam mais dez, com o que o commercio se ia animando.

Da colonia de Pemba havia noticias animadoras, o seu estado sanitario era lisonjeiro, a cultura tinha augmentado, offerecendo bom aspecto os terrenos cultivados, e os colonos mostravam-se contentes e em boa disposição.

Das ilhas de Cabo Delgado e de Bazaruto tambem havia noticias satisfactorias, só de Sofalla constava que havia alguma falta de mantimentos.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição central

Conformando-me com a proposta, que á minha real presença fez subir o conselheiro sub-inspector geral dos correios e postas do reino, em 10 do cor-

rente mez: hei por bem exonerar a José Maximiano da Veiga Capeto do logar de director do correio de Fronteira, para que foi nomeado por decreto de 8 de maio de 1854.

O ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, assim o tenha entendido, e faça executar. Paço das Necessidades, em 12 de abril de 1860. —REI. —Antonio de Serpa Pimentel.

Atendendo ás circunstancias que concorrem na pessoa de José da Costa; e conformando-me com a proposta, que, a seu respeito, fez subir á minha real presença o conselheiro sub-inspector geral dos correios e postas do reino, com data de 10 do corrente mez: hei por bem nomear o director do correio de Fronteira, logar este, que se acha vago pela exoneração, que, por decreto da data de hoje, fui servido dar a José Maximiano da Veiga Capeto; ficando o agraciado obrigado a tirar carta de serventia vitalicia, com previo pagamento dos direitos que dever; e a prestar a competente fiança no prazo da lei.

O ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, assim o tenha entendido, e faça executar. Paço das Necessidades, em 12 de abril de 1860. —REI. —Antonio de Serpa Pimentel.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A proxima sessão terá logar na segunda-feira 16 do corrente, sendo a ordem do dia a discussão dos pareceres: n.º 6 sobre o projecto de lei n.º 10, que autorisa o governo a contratar com Diogo Mason a construcção e exploração de um caminho de ferro para cavallos (tramway) entre a mina de S. Domingos de Mertola e o Guadiana; n.º 7 sobre a proposta do digno par visconde de Alges, contendo diversos artigos addicionaes ao regimento da camara, relativos á discussão das interpellações; e em seguida as interpellações já annunciadas.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 13 de abril de 1860. —Diogo Augusto de Castro Constancio.

JUNTA DO CREDITO PUBLICO

1.ª Repartição

Tendo requerido pela junta do credito publico D. Maria Ernestina Augusta da Silva, e D. Carolina Julia de Werner Bilton da Silva, para se averbar no nome de cada uma 400\$000 réis em inscripções do novo fundo de 3 por cento, do capital de 100\$000 réis, e dos n.ºs 12:355 a 12:362, que lhes pertencem como unicas herdeiras do seu fallecido primo Agostinho Eusebio Firmino Gorjão, assim se annuncia conforme o disposto na carta de lei de 5 de agosto de 1854, com referencia á de 24 de agosto de 1848, a fim de que qualquer pessoa, que se julgue com direito a oppor-se ao dito averbamento, possa requerer pela referida junta no prazo de sessenta dias, contados da publicação do presente annuncio no *Diario de Lisboa*, findo o qual será revogada a pretensão como for de justiça.

Contadoria geral da junta do credito publico, 12 de abril de 1860. —Ignacio Vergolino Pereira de Sousa.

CONSELHO DE SAUDE PUBLICA

O conselho de saude publica do reino manda annunciar que se acha vago e a concurso o logar de guarda-mór de saude em Faro, com o ordenado annual de 80\$000 réis. Os facultativos que pretendem ser providos no referido logar apresentarão n'esta repartição seus requerimentos devidamente documentados, dentro do prazo de vinte dias, contados da publicação do presente annuncio.

Secretaria do conselho de saude publica do reino, 13 de abril de 1860. —O secretario, José Pedro Antonio Nogueira.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS E JORNALIS REtidos POR FALTA DE FRANQUIA Para Lisboa

Antonio Garcia Augusto — Frederico Moraes — Carlota Violante Cardoso, Carolina Virginia Gaviros de Almeida — Dangiban (mr.), Director do hospital dos expostos, Domingos Ignacio de Lima — Fortunato Gomes, Francisco de Paula Brito Barros Villar — Isabel de Mendonça Pessanha, Joaquim de Gouveia Prestes, José Francisco Ferreira, José Maria de Sousa Monteiro — Ministro da justiça, Maria José de Sousa — Visconde de Castellões.

Administração central do correio de Lisboa, em 13 de abril de 1860.

HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A commissão encarregada interinamente da administração do mesmo hospital manda annunciar que no dia 16 do corrente mez, pelas onze horas, na sala das suas sessões, ha de contratar em praça publica o fornecimento de massas para tres mezes, que se calcula em 145 arrobas, com as condições que estarão patentes n'aquelle acto, e que desde já podem ver-se na contadoria do dito estabelecimento.

Outrosim manda annunciar que no dito dia, e pelas mesmas horas, se procederá á compra, tambem em praça publica, de 200 metros de panno de mescla, e de 320 de baeta, devendo aquellas fazendas ser escolhidas d'entre as que os concorrentes apresentarem no acto da praça, e que sejam conformes com as amostras, que desde hoje podem ser examinadas no deposito geral da fazenda do referido hospital.

Contadoria do hospital de S. José, 11 de abril de 1860. —O official maior, Manuel Cesário de Araújo e Silva.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de pôr de novo em arrematação, nos dias abaixo mencionados, pelo meio dia, os seguintes objectos:

No dia 17 do corrente o transporte das madeiras cortadas na mata do Boura para o serviço do arsenal, desde o dito logar até ao embarque no Carre-

gado; abrindo-se a praça sobre o lango já offerecido de 2:412\$000 réis.

No dia 19 a venda dos cabos julgados inuteis, existentes nos depositos do arsenal da marinha.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 12 de abril de 1860. —O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 13 DE ABRIL

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 70 srs. deputados.

O sr. Presidente — declara aberta a sessão. Acta approvada.

Manda-se lançar na acta a seguinte declaração: Do sr. Pinto Carneiro, de que por justo impedimento não pôde comparecer ás duas ultimas sessões. —Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio das obras publicas, acompanhando a nota, pedida pelo sr. Coelho do Amaral, da despesa feita no 1.º semestre do actual anno economico com as estradas e respectivas obras de arte no distrito de Vizeu. —Para a secretaria.

2.º Do ministerio da justiça, acompanhando 160 exemplares do mappa geral estatístico das congruas parochias das freguezias do continente do reino, relativas ao anno economico de 1856 a 1857. —Mandam-se distribuir.

3.º Uma representação da camara municipal de Torres Vedras, pedindo uma medida que diminua os direitos da aguardente estrangeira. —Fica sobre a mesa.

4.º Da camara municipal de Loulé, fazendo algumas considerações acerca da directriz da estrada littoral do Algarve. —A commissão de obras publicas.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requeiro se peça ao governo que, pelo ministerio da marinha e ultramar, satisfaga aos pedidos de esclarecimentos que pela camara dos srs. deputados foram exigidos do governo pelo mesmo ministerio durante a legislatura passada a requerimentos meus. —Antonio Maria Barreiros Arrobas.

2.º Requeiro que, pelo ministerio da fazenda, seja remetida a esta camara uma nota do rendimento das alfandegas do continente do reino, em cada um dos annos de 1850 a 1859. —H. G. da Palma, deputado pelo circulo de Tavira.

3.º Requeiro que se peça ao governo, pelo ministerio competente, com urgencia:

I Uma copia do inventario mandado fazer pela administração transacta dos bens peenentes ao mosteiro das religiosas de S. Bernardo da cidade de Tavira.

II Uma copia do inventario dos mesmos bens feito depois do restabelecimento do governo legitimo em 1834.

III Uma conta dos rendimentos do mesmo convento em cada um dos annos que têm decorrido desde 1834.

IV Uma conta da applicação que têm tido os referidos rendimentos. —H. G. da Palma, deputado pelo circulo de Tavira.

4.º A commissão do ultramar precisa que se peça ao governo que remetta á camara todos os decretos com força de lei, que desde a publicação do acto addicional á carta constitucional têm sido promulgados pelo governo para as provincias ultramarinas, e que ainda não foram approvados pela camara, a fim de se cumprir o preceito constitucional. —J. A. Maia, secretario.

São remetidos ao governo. Mandam-se communicar ao governo as seguintes notas de interpellação:

1.º Desejo interpellar a s. ex.ª o sr. ministro dos negocios da marinha e ultramar, acerca

Todos estes projectos são mandados publicar no *Diário de Lisboa*.

O sr. *Pulido*:—por parte da comissão de agricultura, manda para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. *D. Rodrigo de Menezes*:—por parte da comissão de moeda falsa, observa que tendo sido presentes a esta comissão muitos papéis, que são verdadeiros documentos, em numero superior a trezentos, não era possível fazer d'elles uma leitura em commun, e tirarem todos os membros da comissão os apontamentos que lhes conviessem para se esclarecerem; e por isso tem corrido e passado de uns a outros. Ultimamente vieram ainda bastantes como são as copias da syndicancia administrativa, e é esta a causa porque a comissão lhe não tem sido possível dar o seu parecer. Desça pois que o sr. ministro da justiça declare se está finda essa remessa, porque sendó assim, ella dará quanto antes o seu parecer.

O sr. *Ministro da justiça* (Mártens Ferrão):—declara que já foram enviados pelo ministerio a seu cargo todos os documentos que lá existiam acerca d'esta questão; são perto de quatrocentos, e estão todos entregues á comissão.

O sr. *Afonseca*:—manda para a mesa um requerimento de Antonio Duarte Prestes e Francisco da Cunha, empregados de extintas repartições, que pedem um subsídio.

O sr. *José Esteves*:—envia para a mesa uma representação da camara municipal e habitantes do concelho de Campo Maior, pedindo que o caminho de ferro vá pela directriz marcada pelo engenheiro Aguiar.

O sr. *Bivar*:—pede ao sr. presidente, que se officie novamente ao governo para que remetta á camara os esclarecimentos que pediu na sessão de 27 de março.

O sr. *Calça e Pina*:—manda para a mesa um requerimento dos veteranos dos corpos de cavallaria, que pedem lhes seja dada uma gratificação pecuniaria igual á já votada para os cirurgiões ajudantes.

Pede tambem ser inscripto para apresentar um projecto de lei.

O sr. *Eduardo Cunha*:—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Celorico de Basto, pedindo que a nova estrada a construir para fora da provincia do Minho a Traz os Montes, vá pelo centro das duas provincias.

O sr. *Moraes Carvalho*:—havendo no extracto da sessão de hontem, publicado no *Diário de Lisboa*, algumas pequenas inexactidões, sobre o que havia dito na interpegação dirigida ao sr. ministro do reino, declara que se não responsabilisa pelo que ali se diz, devendo aguardar-se pelo discurso que se imprimir no *Diário da Camara*.

O sr. *Mousinho de Albuquerque*:—parece-lhe que nas disposições regimentaes existe uma para que requerimentos, ou outra qualidade de papéis, que não podem ter outra solução senão o serem remetidos ao governo, sejam directamente pela mesa, e por isso manda para a mesa a seguinte proposta:

«Proporho que os requerimentos dos srs. deputados, approvados pela camara, sejam remetidos ao governo pela mesa directamente sem carecerem de ir primeiro ás commissões.»

O sr. *Presidente*:—propoz, e a camara decidiu que estes requerimentos sejam submettidos a uma votação, antes de lhes dar destino.

O sr. *Barros e Sá*:—chama a attenção da camara e especialmente da comissão de fazenda, a quem pede encarecidamente se digna dar, o mais breve possível, o seu parecer sobre a proposta de varias pensões decretadas pelo governo, e que estão na camara ha mais de dois annos.

O sr. *Gaspar Pereira*:—todos os dias e de todos os lados da camara, se levantam vozes para fallar em estradas! Assim o reclama a importancia do assumpto. Seria para estranhar se acontecesse o contrario. Levantaria tambem a sua voz para chamar a attenção do sr. ministro das obras publicas para uma estrada, que tendo sido por muitas vezes, dentro d'esta casa, reconhecida como uma das mais importantes, assim mesmo tem a infelicidade de não haverem ainda sido começados os verdadeiros estudos para ella, porque ha apenas um ligeiro reconhecimento que se refere á directriz. Refere-se á estrada que deve ligar entre si as duas Beiras; não se demora em demonstrar agora a sua utilidade e conveniencia, porque o facto é geralmente reconhecido: que a directriz já escolhida por esse reconhecimento que se fez, é pelo sitio chamado—as Pedras Lavradas—que nenhum outro ponto ha que mais convenha a importantes povoações para atravessarem a serra da Estrella, ficando ligadas com a estrada real que ha de conduzir a Coimbra e ao Porto.

Não quer dar agora maior desenvolvimento a este assumpto; limita-se a lembrar a s. ex.ª que estamos na estação propria de se fazerem os estudos, que elles dizem principiar no mez de maio, para findar em outubro, e por isso lhe roga, que das quantias votadas para estudos e para reparos, o sr. ministro separe aquella que lhe parecer necessaria para se fazerem esses estudos e o competente orçamento, com urgencia. Concluido elle, não duvida que os povos circumvisinhos offereçam o auxilio que lhes for possível para levar a effecto um melhoramento de que tanto carecem, e a que ligam o mais vivo interesse.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—não ha duvida que a estrada em que acaba de fallar o illustre deputado, é uma das estradas muito importantes do paiz. Escusa de repetir o que já tem dito por mais de uma vez; o governo tem se esforçado por dotar o paiz com as necessarias vias de communicação; fez o contrato de empreitada para a construcção de muitas estradas importantes, e nesse contrato, apesar de abranger uma grande somma de estradas, não foi possível incluir todas, e esta foi uma d'ellas; os estudos hão de fazer-se, mas esses mesmos demandam não só capitães, mas pessoal, e é esse que não ha, porque a maior parte d'elle está absorvido em outras obras urgentes. Os estudos d'esta estrada tem sido recomendados aos directores de districto, mas elles devendo dar preferencia ás obras que tem de executar, põem de parte esses estudos; no entretanto pôde assegurar ao illustre deputado, que esta estrada de certo é uma d'aquellas que está já recommendada, e ha de ser estudada.

O sr. *Gaspar Pereira*:—muito lhe apraz ouvir dizer ao sr. ministro que a estrada das Pedras Lavradas é uma das que se consideram como importantes, e que está muito na lembrança do governo; e agradece desde já a s. ex.ª, em nome dos povos que tem a honra de representar, tudo quanto s. ex.ª determinar no interesse d'elles, e de uma estrada que é de reconhecida utilidade publica para todo o paiz em geral, e mais particularmente para a importantissima provincia da Beira Alta e Baixa.

O sr. *Rebello Cabral*:—vae usar da palavra, que pediu ha mais de dois mezes, e que sómente agora lhe foi dada, segundo a directção e situação da camara; e vae usar d'ella, para chamar a attenção do sr. ministro dos negocios das obras publicas sobre tres ou quatro pontos de interesse publico affectos ou dependentes do seu ministerio.

O primeiro ponto é respectivo á ponte do Reguengo na valla da Azambuja. Ao sr. ministro dá e deve o publico o testemunho de grata consideração pelo interesse que tem demonstrado para a continuação e acabamento da dita ponte, tão precisa para

a cultura dos importantes campos de Vallada, e das mais propriedades circumvisinhas nos concelhos do Cartaxo e da Azambuja. Mas para que as obras da dita ponte se façam prompta, economica e seguramente, é mister que o respectivo director as vigie de perto e frequentes vezes, e as dirija convenientemente. E diz isto, porque sem querer irrogar censura, ainda a mais leve a alguém, que intervenha nas ditas obras, lhe consta por diferentes vias, e observou, que houve erro nas medidas das diferentes peças de madeira que têm de servir para a dita ponte, e d'ahi resultou a necessidade de córtex, que alem de trazerem demora e aumento de despesa inutil, tornam por ventura a ponte menos solida (apoiados).

No que acaba de dizer não quer arguir pessoa alguma, mas por isso mesmo precisa declarar, que o dito erro se attribue ao mestre dos carpinteiros, o qual com quanto proprio para outras obras, não se considera competente para estas. Mas ou o seja ou não, e não quer fazer-lhe injuria e o menor mal, nem aos outros empregados nas obras da ponte, convém muito que o sr. ministro mande inspecionar e fiscalisar como cumpre as ditas obras, para que não continue a dizer-se, como se tem dito, que ha muito tempo estaria feita a ponte do Reguengo com metade da estadia já feita, e com melhor forma e segurança, se se tivesse encarregado a uma comissão de lavradores e fazendeiros, visinhos da localidade.

É certo que na prompta e segura construcção da dita ponte, fará s. ex.ª grande serviço á lavoura e ao publico. Confia por tanto no sr. ministro, que tomará este objecto na mais séria consideração (apoiados).

O segundo objecto está ligado com o da ponte do Reguengo, e vem a ser a necessidade ou conveniencia do estabelecimento de uma mala de correio para os povos de Vallada, Pontevel, Ereira e outros, para os quaes é demorado e custoso o correio por via ou do Cartaxo ou da Azambuja. Como ha um comboio especial para o correio diario para Santarém, e esse comboio passa na estação do Reguengo, facilmo se torna o deixar mala do correio diariamente na mesma estação (apoiados, especialmente do sr. *Thiago Hortá*).

O terceiro objecto está ligado com o da estrada da Manguale por Celorico e Fornos de Algodres, e com directriz forçada por dentro d'estas duas villas, como já tendo sido considerado pelo governo, e pelo parlamento em varias leis.

E falla n'isto, porque correm rumores de que ha interesses menos reflectidos que pugnam para que a estrada não se faça por dentro, mas em alguma distancia de Fornos. Havendo porém, como ha razões ponderosas para que a directriz da estrada seja por dentro da villa, a despeito de quaesquer elumes ou motivos particulares que sejam feridos, mas que não podem prevalecer contra a causa publica, espera que o conselho das obras publicas não proponha, e que o governo não adopte outra directriz que não seja por aquella villa, e aproveita esta occasião solemne para agradecer a s. ex.ª os estudos e ordens dadas para a feitura da estrada de Celorico á Guarda, e para lhe rogar que mande activar as obras de tal estrada, assim como da collocação do fio electrico até aquella cidade da Guarda, que sendo cabeça de districto já devia ha mais tempo ter esta communicação acceleradissima.

O quarto objecto finalmente, é a estrada de primeira classe de Celorico á Ponte da Mucella. E em quanto reconheça a existencia de bastantes operarios na dita estrada a cargo de um habil director, pede a s. ex.ª que faça activar os trabalhos entre Gallizes e Ponte Pedrinha, no que vae o interesse dos povos circumvisinhos combinado com o bem geral (apoiados).

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—ainda que a sua opinião seja contraria á idéa de fazer pontes de madeira, tendo conhecimento de que a ponte do Reguengo era muito importante para a agricultura d'aquella localidade, mandou dar execução ao projecto de um engenheiro distincto, o sr. João Mousinho, e que tinha sido approvado pelo conselho das obras publicas. Ignora o facto a que se referiu o illustre deputado sobre o erro nas medidas das diferentes peças de madeira que tem de servir para a ponte, mas assevera ao sr. deputado que, apesar de ali existirem carpinteiros, como não podia deixar de ser, visto que se trata de fazer uma ponte de madeira, com tudo, a obra é dirigida pelo sr. Xavier, engenheiro director das obras publicas do districto de Santarém. Entretanto toma nota do que o illustre deputado disse para pedir informações, e se poder, emendar algum defeito, se o houver, que possa tornar a obra menos solida.

Sobre a necessidade indicada pelo illustre deputado de uma mala de correio que, pelo comboio do caminho de ferro, fique na estação do Reguengo, toma nota, e verá o que é possível fazer.

Em quanto á directriz da estrada da Guarda a Manguale por Celorico e Fornos de Algodres, com directriz forçada por dentro d'estas duas villas, o illustre deputado mesmo disse que esse negocio estava affecto ao conselho das obras publicas, e por consequencia o governo aguarda a consulta d'aquelle tribunal, para ordenar o que se deva fazer.

Em quanto á estrada de Celorico á Ponte da Mucella, o mesmo sr. deputado confessou que estes trabalhos progredem com força, e o governo está resolvido a activar-lhes, dispondo para ali de todos os meios que poder.

Sobre o telegrapho electrico para a Guarda, as obras vão continuando, e apesar dos poucos meios para ellas votados, espera que em pouco tempo todas as capitães dos districtos gosarão d'este melhoramento publico.

O sr. *Bivar*:—o sr. Coelho de Carvalho, n'uma das sessões passadas, chamou a attenção do sr. ministro das obras publicas sobre o pedido feito ha muito tempo pela camara municipal de Lagos, para dar cumprimento á lei que autorizou a camara a receber um certo tributo para certas obras. O tributo tem sido recebido, e está em caixa, mas não se lhe tem podido dar applicação por não haver engenheiro por parte do governo para fiscalisar as ditas obras, como a mesma lei determina. Sabe que da parte do governo se tem dado ordens ao director das obras publicas do Algarve a este respeito, mas até hoje ainda ali não apparece engenheiro algum para este fim. Pede ao sr. ministro que expede ordens terminantes para ser ali mandado um engenheiro a examinar estes trabalhos.

Lembra tambem ao sr. ministro a conveniencia e necessidade de estender o beneficio da telegraphia electrica ao Algarve, o que lhe não parece difficil poder fazer-se de Faro até ao Cabo de S. Vicente, podendo resultar d'aqui grande economia em objecto de fiscalisação.

Como está presente o sr. ministro da fazenda, lembra a s. ex.ª que havendo uma carreira de vapores entre Lisboa e Algarve, muitos generos necessarios para o abastecimento da capital, como fructas, ovos, caça, etc., podiam facilmente vir a Lisboa, e muita gente tentaria esse commercio, para o que não são precisos grandes capitães, se não fosse necessario despachar estes generos na alfandega municipal, o que dá muito incommodo e demora, e se fosse permitido, como acontece com os generos que vêm do Porto, despacharem-se em qualquer estação fiscal, no Terreiro do Paço, das do Sodré, etc., o estado não perderia nada com isto, e ganhava o publico de Lisboa e quem quizesse fazer este negocio.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—o director das obras publicas do Algarve tem a seu cargo obras importantes, como o sr. deputado sabe, e se não tem comparecido em Faro para examinar as obras a que o sr. deputado se refere, é porque outras obras mais importantes que demandam a sua presença o têm impedido de ir ali. Acabam de ser enviados para esse ponto dois engenheiros novos, e espera que em pouco tempo serão satisfeitos os desejos do sr. deputado.

Quanto ao telegrapho electrico de Faro ao cabo de S. Vicente, é essa exactamente a idéa do governo, e tenciona pô-la em pratica apenas lhe for possível.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—promette dar ordens terminantes para que na alfandega municipal o despacho dos objectos, a que se refere o sr. deputado, vindos no vapor do Algarve, não sofra a menor demora.

ORDEM DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO DO PROJECTO DE LEI N.º 17

Entra em discussão o artigo 2.º

O sr. *Mello Soares* (sobre a ordem):—não querendo tirar a palavra aos srs. que a tem pedido, limita-se a apresentar a seguinte proposta:

«Proporho que se elimine o artigo 2.º, sendo o seu assumpto considerado pela illustre comissão, quando tratar de objectos analogos, ali pendentes, e sem prejuizo da expedição d'este projecto.» *Mello Soares*—*Dias de Azevedo*—*D. Rodrigo de Menezes*—*J. A. Maia*—*D. José de Alarcão*—*Afonso Botelho*—*Calça e Pina*—*Mousinho de Albuquerque*—*Aragão Mascarenhas*—*Julio do Carvalho*—*Zefirino Rodrigues*—*Conde da Torre*—*Thiago Hortá*—*Lobo d'Avila*.

O sr. *Presidente*:—é um adiamento que precisa de ser apoiado por cinco srs. deputados.

É apoiado e entra em discussão.

O sr. *Gomes de Castro*:—a importancia d'este artigo consiste principalmente em acabar com a escala movel estabelecendo um direito fixo, pois que a escala movel illude muito, parece que nada ha mais razovel e que satisfaz a todas as necessidades commerciaes, mas são muitos os inconvenientes que tem, e a camara é bastantemente illustrada para que seja necessario indicá-los.

Segundo o mappa estatístico, fornecido pelo sr. ministro da fazenda á comissão de pautas, da importação do azeite nos ultimos dez annos de 1850 a 1860, reconhece-se que a importação do azeite, durante esses dez annos, foi de 45:690 almudes, pagando de direitos 34:059\$842 réis, mas apenas nos annos de 1853 e 1854 é que a importação teve logar pela grande escassez que houve de azeite, pois que no anno de 1853 importaram-se 2:781 almudes, que pagaram de direitos 2:061\$024 réis, e no anno de 1854 importaram-se 42:817 almudes, que pagaram de direitos 33:952\$689 réis, e nos annos restantes somente entrou a pequena quantidade de azeite, cujos direitos importaram em 107\$153 réis. Isto quer dizer que não entrou azeite estrangeiro senão quando houve grande escassez.

Pôde-se dizer que não pagando direitos de consumo o azeite estrangeiro admittido aos mercados de Lisboa, a protecção ao azeite nacional é muito pequena; mas vae mostrar que, estabelecendo-se o direito fixo, a protecção é maior que pela escala movel. Quando o azeite estrangeiro pagava, pela escala movel, 740 réis, pagando o azeite nacional consumido em Lisboa 680 réis, a protecção para o azeite nacional era apenas de 60 réis; e estabelecendo-se agora o direito fixo de 800 réis, e pagando o azeite nacional 680 réis, a protecção ao azeite nacional é de 120 réis. De maneira que, com o direito fixo, fica o azeite nacional mais protegido que com a escala movel. Notar-se-ha que a protecção ao azeite nacional consumido em Lisboa seja apenas de 120 réis, em quanto que nas provincias é de 800 réis; mas isto acontece pela mesma razão por que pela escala movel a protecção em Lisboa era de 60 réis, e fóra das barreiras era de 740 réis. Não duvida que haja algum inconveniente de se o azeite mais protegido fóra de Lisboa, mas isso é resultado dos direitos de consumo; acabe-se com o octroi, mas não se diga que a proposta apresentada pelo governo prejudica o azeite consumido em Lisboa, pois que, longe d'isso, dá-lhe uma protecção superior á que d'antes tinha.

Estabelecendo a proposta do governo o direito de 800 réis, parecerá absurdo que se faça uma reforma, e que d'essa reforma resulte uma protecção maior que a antiga, mas a razão foi de certo porque o governo, reduzindo a escala movel a um direito fixo, entendeu que não devia estabelecer um direito fixo inferior ao minimo da escala.

Ainda não ouviu sustentar o adiamento, e portanto não sabe as razões em que é fundado; e a comissão não tem duvida de considerar a questão como a camara entender, entretanto na sua opinião o adiamento é desnecessario, porque a disposição do artigo não prejudica o azeite nacional, antes lhe dá maior protecção.

O sr. *Lobo d'Avila*:—de que se trata agora é de ver se convem ou não adiar esta questão, e por isso não a discutirá n'este momento, que não é opportuno.

Entende que convém adiar este assumpto em quanto se não apresentar uma medida combinada, harmonica e que comprehenda tudo que se refere á questão de pautas, em que sejam consideradas as diferentes industrias, as diferentes formas do trabalho nacional; de outro modo não é caminhar com acerto. Convém em que se trate por excepção, de qualquer ponto da pauta, não se reservando para a reforma em grande, quando a urgencia o pedir, quando houver uma necessidade impreterivel, e nesse caso deve adoptar-se uma medida excepcional; mas não estamos n'esse caso a respeito do azeite, não se dá a mesma necessidade que se dava a respeito da aguardente, que era indispensavel para o preparo dos vinhos, e no mercado não a havia. Vota pois pelo adiamento.

O sr. *Alves Martins*:—o auctor do adiamento não apresentou as razões em que o fundava, e por consequencia falta a base para a discussão.

Tambem desceria que a reforma das pautas não fosse uma nesga, como effectivamente é a que o governo apresentou; e nota que o sr. ministro das obras publicas esteja assignado n'esta acanhada reforma, quando s. ex.ª achava miseravel a reforma apresentada pelo sr. Avila, quando ministro, e que contudo era uma reforma em larga escala, a respeito da qual foram ouvidas todas as industrias, como se faz em Inglaterra e em toda a parte, para combinar o mais possível todos os interesses.

É ao governo que cumpre satisfazer ao sr. Lobo d'Avila, mostrando que a medida a respeito do azeite é justificada; não sabe qual foi o fim que elle tem em vista, mas se deve notar ao sr. deputado, que segundo se deprehende do projecto e do relatório, parece que o pensamento foi acabar com a escala movel, e só isto justifica o passo que o governo deu comprehendendo no projecto o azeite, e por consequencia não entende que haja razão para se adiar o artigo. Desceria porém que elle fosse redigido de outra maneira, e tenciona propor a redução do direito a 200 réis, ficando o azeite estrangeiro sujeito a todos os direitos de consumo, por isso que pelo facto de ser admittido é nacionalizado. Tambem desceria que se fizesse uma redução nos direitos de consumo em Lisboa, porque é este o unico modo de evitar o contrabando, aumentando ao mesmo tempo a receita da alfandega municipal.

O sr. *José Esteves*:—pediu a palavra a favor do adiamento, mas podia dispensar-se de o sustentar, porque o illustre deputado que o antecedeu, pedindo a palavra contra o adiamento, fallou professionalmente a favor d'elle. Não gosta de reformas pequenas, que quasi sempre são ineptas e inefficazes, mas tambem não confia muito nas reformas demasiadamente grandes e elevadas, que gastam todo o tempo em estudos, cujos resultados quasi sempre são tardios.

Em materia de pautas entende que as reformas parciais, quando são aconselhadas pelas necessidades publicas, sufficientemente demonstradas, são reformas convenientissimas e quasi sempre acertadas, porque a questão se apresenta com aspecto menos complexo e não ha a luta de embaraços para attender a todos os interesses. Portanto em materia de pautas não descrei das grandes reformas assim como não descrei das pequenas. Vota pelo adiamento, porque entende que a materia deve ser considerada e que se devem harmonisar as leis ficas geraes com as do octroi, pois que, segundo ouviu, ha na pauta uma nota preliminar que estabelece que quando o direito de consumo é superior ao da alfandega, regula o direito superior, e não quer que a respeito do azeite se tome uma medida que deixe subsistir esta monstruosa legislação.

O sr. *Rodrigues Sampaio*:—envia para a mesa o parecer da comissão de poderes sobre a eleição do sr. Arrobas.

Manda-se imprimir.

O sr. *Afonseca*:—este é um paiz de adiamentos, tudo se adia aqui. Adia o devedor o pagamento de sua divida ao seu credor, adia o juiz a decisão de uma causa justa; adia o ministro a decisão de um negocio importante, dizendo «hei de pensar», e não pensa em coisa alguma. A questão aqui é adiar. Um general estrangeiro que muito figurou na questão dynastica, que infelizmente ensanguentou este paiz, dizia «que bella terra! Que bello povo! Se eliminasse do seu dicionario a palavra amanhã, era um povo completo.»

Diz que nenhuma das razões produzidas o levam a votar pelo adiamento. As razões adduzidas traduzem-se assim «não podemos fazer o todo, não fazamos cousa alguma.» Ora parece-se muito com um absurdo. Elle quizera tambem um systema completo de pautas. A camara sabe que não é suspeito quando diz isto; mas porque o não pôde conseguir todo, votar contra a redução de alguns direitos, isso não tem logar.

Fica como ficou outro dia na questão das aguardentes. Votou pela redução, ainda que insufficiente, por que não podia obter maior.

Dá-se aqui o caso, vota contra o adiamento, por que pretende propor uma emenda ao artigo que se quer adiar. Entende dever tratar do azeite, já que não pôde obter um plano de pautas completo, e que nos harmonise com as nações civilizadas do mundo.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—a camara resolverá como entender mais opportuno sobre a moção de adiamento que foi apresentada, mas elle, orador, não pôde aceitar uma grande parte das razões com que se tem pretendido fundamentar esse adiamento.

Está longe de considerar este projecto como uma completa reforma, mas não acredita muito, em materia de pautas, no que se chama reforma geral, absoluta e completa; e persuade-se de que não pôde aceitar o principio de que não se pôde tocar em um ponto sem se tocar nos outros.

Se o 1.º artigo, que a camara já votou, era, na opinião do governo, de uma indispensavel urgencia, porque se referia a um genero que joga com o nosso principal genero de exportação, o 2.º artigo é de grande utilidade, porque sendo o azeite o unico genero em que na nossa pauta se conserva a escala movel, reduz a um direito fixo essa escala, que é hoje geralmente rejeitada como meio fical, e redu-la a um direito fixo pouco superior ao minimo até agora estabelecido.

Não se oppõe todavia a que a camara resolva o que julgar mais conveniente, ou que esta questão se decida agora, ou que se reserve para outra occasião.

O sr. *Aragão*:—requer que a materia do adiamento se julgue discutida.

Julga-se discutida, e posta a votos a proposta de adiamento é approvada.

Passa-se á discussão do artigo 3.º, que é approvado.

Art. 4.º

O sr. *Gomes de Castro* (sobre a ordem):—por parte da comissão, manda para a mesa a seguinte proposta:

«Emenda. Que em logar das palavras «e aos estrangeiros de todas as nações» se lêa «e aos estrangeiros que em virtude dos respectivos tratados devam gozar iguaes vantagens.» *Gomes de Castro*.

É admittida, e em seguida approvado o artigo com a emenda.

Artigo 5.º—approvado.

O sr. *Nogueira Soares* (sobre a ordem):—de accordo com o sr. presidente do conselho de ministros e ministro dos negocios estrangeiros, pede que o sr. presidente haja de dar uma sessão secreta para se tratar do tratado feito com os reis de Siao, para o que já ha parecer da comissão diplomatica, por isso que urge tratar d'este objecto.

O sr. *Presidente*:—que n'uma das proximas sessões teria logar o tratar-se d'este objecto.

O sr. *Pulido* (sobre a ordem): pede que se entre na discussão do projecto relativo ao caminho de ferro do sul.

O sr. *Presidente*:—como não está presente o sr. ministro das obras publicas, permitta-lhe o illustre deputado que não dê andamento ao seu requerimento por ora.

Passa-se á discussão do projecto n.º 17 que tem por fim autorisar o governo a dispendir 2:000\$000 réis para premiar os que fizerem plantações de amoreiras, e as conservarem em boas condições de cultura.

O sr. *Telles de Vasconcellos* (sobre a ordem):—manda para a mesa a seguinte proposta:

«Proporho o adiamento do projecto em discussão até que seja impresso e distribuido o meu projecto que lhe deu origem.»

(Continuando):—E ia mandar tambem para a mesa um requerimento para que vá á comissão de fazenda, visto que é um augmento de despesa.

Não sabe quaes são os costumes d'esta casa, mas parece-lhe ser costume, quando se imprime um parecer de uma comissão, imprimir tambem o projecto que lhe deu origem, muito mais quando a comissão declara no seu relatório que tinha tomado em consideração o projecto, e vê que o não teve em consideração alguma, e fez uma cousa completamente contraria.

Pedia pois o adiamento da discussão até que o projecto se imprima, assim como requer que o projecto vá á comissão de fazenda.

É apoiado o adiamento e entra em discussão.

O sr. *Aragão*:—nem a comissão nem elle, seu relator, foram culpados de que o projecto do sr. deputado se não imprimisse. Tiveram no na maior consideração, e remetteram-no para a mesa juntamente com o parecer. Não teve tempo de consultar os seus collegas da comissão; mas pela sua parte aceita o adiamento para que seja ouvida a comissão de fazenda, e para que seja impresso o projecto, a fim de ser confrontado com o parecer pela camara.

O sr. *Mello Soares*:—é justo, razovel e conve-

niente, que, junto aos pareceres, venham tambem impressos os projectos que lhes dão origem, para a camara decidir com perfeito conhecimento de causa. Por isso approva o adiamento; mas como elle não falla em ser ouvida a comissão de fazenda, manda para a mesa um outro adiamento n'estes termos:

«Proporho que este projecto seja enviado á illustre comissão de fazenda, que deve ser ouvida em todos os objectos que envolvem augmento de despesa.» *Mello Soares*—*Telles de Vasconcellos*.

Não havendo ninguem inscripto sobre a proposta de adiamento do sr. Telles de Vasconcellos, é posta á votação e approvada.

É admittida á discussão a proposta de adiamento do sr. Mello Soares.

O sr. *Presidente*:—para esclarecimento da camara observa que uma disposição adicional do regimento determina que os pareceres que importem augmento de despesa não se discutam sem ser ouvida a comissão de fazenda.

O sr. *Bivar*:—havendo essa disposição do regimento admira-se de que a mesa não a tivesse observado. Impugna o adiamento do sr. Mello Soares porque todas as commissões da camara são competentes para darem parecer sobre projectos que augmentem a despesa, sem necessidade de ouvirem a comissão de fazenda. Essa dependencia de ser ouvida esta comissão é arvora-la em tutora das outras, porque quasi não ha projecto nenhum que não traga augmento de despesa, e contra esta supermarcia da comissão de fazenda é que se insurge.

O sr. *Lobo d'Avila* (sobre a ordem):—se ha essa disposição do regimento, e se o parecer está no caso de que ella trata, applique-se o regimento, e acabe-se a questão, porque temos outras mais importantes de que nos occupamos.

O sr. *Mello Soares*:—o parecer deve ir á comissão de fazenda, porque assim o determina o regimento, e para a comissão ter conhecimento d'essa despesa de 2:000\$000 réis e a contemplar no orçamento. Pede ao sr. presidente que mande ler a disposição regimental.

O sr. *Mousinho de Albuquerque*:—o resultado de tudo ir á comissão de fazenda é que, não podendo ella occupar-se de tantos negocios ao mesmo tempo, a maior parte dos pareceres lá ficam, e não se discutem. Para a comissão de fazenda contemplar no orçamento os augmentos de despesa não precisam ir lá os pareceres, porque ella bem sabe o que na camara se vota. Protesta e reage contra a supranacia e tutoria da comissão de fazenda sobre as outras.

O sr. *Presidente*:—a disposição a que alludiu foi tomada em sessão de 11 de maio de 1850, e consta da acta n.º 90, é para que os pareceres de commissões que augmentem a despesa publica não sejam admittidos á discussão sem o parecer da comissão do orçamento. A mesa, se não mandou o parecer á comissão de fazenda foi porque entendeu que, apesar do requerimento do sr. Moraes Carvalho para a mesa mandar imprimir e publicar todas as disposições regimentaes extravagantes que ella entendesse vigentes não o devia fazer só por si sem ouvir previamente a comissão do regimento, porque lhe pareceu que muitas d'essas disposições podiam não ser julgadas convenientes para vigorarem. A comissão do regimento ainda não deu a sua opinião. Foi por isso que, tendo-se-lhe apresentado o parecer impresso para ser distribuido, não o mandou primeiro á comissão de fazenda, e esperava que a camara tomasse uma resolução. Portanto é melhor que a camara, sobre este parecer, tome uma resolução que habilite a mesa a proceder em qualquer caso identico. A disposição do regimento diz «comissão do orçamento»; mas depois entenderam-se que devia ser a de fazenda.

O sr. *Telles de Vasconcellos*:—propoz o adiamento do parecer até se imprimir e distribuir o seu projecto, porque entendeu que sendo o parecer muito diverso do projecto, era esse o meio de poder a camara avallá-lo, e optar entre um e outro. Approva que o negocio vá á comissão de fazenda, porque não vê n'isso inconveniente, e porque se cumpre ao mesmo tempo uma disposição regimental; e estranha que os srs. que se insurgem contra a supermarcia da comissão de fazenda não prefiram proceder mais regularmente usando da sua iniciativa para que se altere essa disposição.

A requerimento do sr. Justino de Freitas julga-se a materia discutida.

O sr. *José Esteves* (sobre o modo de propor):—declara que vota pela primeira parte da proposta, por isso que acha regular que a comissão de fazenda seja ouvida sobre as medidas que importem augmento de despesa, que possa destruir o equilibrio das finanças do estado; mas não vota pela segunda parte, porque não quer que fique estabelecido o principio de que a opinião da comissão de fazenda preceda á das outras commissões, porque ella poderia dar uma razão que destruisse todas as razões; diria: «tal projecto é muito bom, mas não se pôde adoptar porque não ha dinheiro»; e admittida similhante disposição, não haveria nem mais iniciativa, nem mais discussão, nem mais tribuna; a comissão de fazenda dava um voto absoluto sobre qualquer proposta e inutilisava o debate (apoiados). Pede que a proposta seja votada por partes (apoiados).

O sr. *Presidente*:—para informação da camara deve dizer, que em 1858, sob proposta do sr. J. J. de Mello, resolveu a camara que sobre qualquer proposta ou projecto legislativo que importasse despesa, não fixada por lei, seja sempre ouvida a comissão de fazenda (apoiados). Mas deve tambem declarar novamente, que a mesa não está disposta a resolver por si sobre qualquer d'estas disposições additionaes não impressas, em quanto a comissão do regimento não der parecer sobre ellas.

Consultada a camara permittiu que o sr. Mello Soares retirasse, pela sua parte, a segunda parte da proposta.

O sr. Presidente:—visto que a proposta tambem está assignada pelo sr. Telles de Vasconcellos, pergunta a este sr. deputado se sustenta a proposta, e ambas as partes.

O sr. Telles de Vasconcellos:—responde affirmativamente.

Posta a votos a primeira parte da proposta foi approvada; e a segunda parte foi eliminada.

O sr. Telles de Vasconcellos:—pode a palavra para uma explicação.

O sr. Presidente:—lê a disposição regimental a respeito de explicações, e declara que não pôde dar a palavra para explicações ao sr. deputado, sem resolução da camara.

O sr. Telles de Vasconcellos:—requer que se consulte a camara para lhe ser dada a palavra para uma explicação.

A camara é consultada, e decide affirmativamente.

O sr. Telles de Vasconcellos:—explica que o sentido e o motivo porque tinha assignado a proposta que acaba de ser votada, especialmente a segunda parte d'ella, é porque julgava que havia assignado uma proposta, conforme a lei da casa, e no sentido do regimento, e não por idéa alguma politica ou partidaria, como talvez se quizesse inculcar á camara.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da que vinha para hoje, e levanta a sessão.—*eram quatro horas da tarde.*

Projecto de lei isentando os soldos dos officiaes militares de qualquer contribuição municipal, apresentado pelo sr. deputado Augusto Xavier Palmeirim, em sessão de 14 do corrente mez.

Senhores.—O *Diário de Lisboa* n.º 57 de 10 de março ultimo transcreveu, na sua parte official, um decreto do ministerio do reino, denegando provimento a um recurso que, para a secção administrativa do conselho d'estado, interpozera da camara municipal do concelho de Taboão e do conselho de distrito de Vizen, o marechal de campo Pedro Maria Pinto Guedes.

Reportando-me áquelle decreto não reproduzi aqui as razões allegadas pelo recorrente, nem aquellas porque se decidiu o conselho d'estado: mas no momento em que vejo adoptar um principio não seguido até agora, qual o de collectar o soldo dos militares para as despesas municipais; procuro estudar a legislação a semelhante respeito, tendo em resultado a conveniência de interpretar, ou definir melhor, alguns artigos do código administrativo.

O § 13.º da lei de 21 de outubro de 1763 classifica expressamente os soldos *alimentos quotidianos dos officiaes*, e nenhuma lei especial depois d'ella, sujeitou taes vencimentos (e não rendimentos) a qualquer deducção, e não serem as leis do orçamento, que constituam parte da receita publica no estabelecimento de uma, ou de mais decimas sobre os mesmos soldos.

Com effeito, a boa razão aconselha que os soldos tenham isenção completa de quaisquer contribuições municipais. O militar que, pela natureza do seu officio, não se presume ter morada fixa, mas que depende na maior parte do tempo de um quartel, ou de um boquete, não pôde offerecer nunca segurança de um domicilio demorado, nem fazenda penhoravel. Seguir-se-ia mesmo um absurdo, e seria quasi sempre sem proveito collectar o militar, quando pelos n.ºs 2.º e 5.º do § 1.º do artigo 590.º da reforma judiciaria os seus soldos, e os seus equipamentos segundo o seu uniforme e graduação, em virtude de utilidade publica, não podem ser penhorados, nem as camisas, o vestuario a elle necessario, e á sua familia, bem como as provisões de comida necessarias a seu sustento para uma semana.

Parece-me pois que a lei administrativa nunca pôde autorisar aquillo para que a novissima reforma judiciaria lhe nega, justificadamente, meios executivos em virtude das excepções acima mencionadas.

Em conformidade de esta minha opinião, desejando que seja bem explicito que o militar, pela sua qualidade especial não está sujeito a qualquer collecta municipal nos seus soldos, quando não reuna outra base em que ella lhe assente, offereço o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo unico. Os soldos dos officiaes militares não são collectaveis para quaisquer despesas municipais, ficando declarados e interpretados n'este sentido os artigos 137.º, 138.º e 144.º do código administrativo.

Camara dos deputados, 8 de abril de 1860.—*Augusto Xavier Palmeirim*, deputado por Melgaço—*Julio do Carvalho Sousa Telles*, deputado por Val Passos—*Joaquim Mendes Neutel*, deputado por Silves.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Aveiro—O *Campêdo das Provincias* publica a noticia que em seguida transcrevemos ácerca do movimento commercial da feira chamada de março, que ultimamente se effectuou n'aquella cidade:

«A importancia aproximada dos valores que concorreram a este mercado, em ouro, prata e varios outros metaes, bem como de madeira e todos os mais objectos, que foram expostos á venda, é de 219:010\$580 réis. A importancia dos valores vendidos, com referencia a todos os objectos citados, foi de 69:111\$370.»

Vouzella—Foi confirmada pelo tribunal da relação do Porto, diz o *Viriato*, a sentença dada em primeira instancia pelo juiz de direito de Vouzella, em 21 de novembro do anno passado, condemnando a ré Margarida Joaquina de Jesus, do julgado de S. Pedro do Sul, a pena ultima na força, levantada na cabeça do distrito, por ter matado seu marido; e a ré Maria, irmã d'esta, como cumplice, a degrede perpetuo para a Africa occidental.

Porto—O *Commercio do Porto* publica as seguintes notas estatísticas do movimento do hospital real de Santo Antonio, enfermaria da cadeia, e enfermaria de partos, d'aquella cidade, no mez de março ultimo:

HOSPITAL	
Existiam.....	422
Entraram.....	524
Saíram.....	434
Falleceram.....	55
Ficam existindo.....	457
MOLÉSTIAS COM QUE FALLECEHAM	
Ascitie.....	5
Apoplexia.....	2
Bexigas.....	2
Bronchite.....	2
Cachexia.....	4
Congestão cerebral.....	1
Diarria.....	1
Erysipelas.....	1
Typho.....	1
Gangrena.....	8
Hepatite.....	2
Lesões vasculares.....	2
Peritonite.....	2
Pedra vesical.....	1
Paralyia.....	1
Tuberculos pulmonares.....	14
Existiam.....	55
Entraram.....	16
Saíram.....	29
Falleceram.....	25
Ficam existindo.....	18

MOLÉSTIAS COM QUE FALLECEHAM	
Lesões vasculares.....	1
Apoplexia.....	1
Nascimentos na enfermaria de partos.....	2
Mas. Fem.....	12 7
Foram com as mães.....	5 4
Para a roda.....	3 2
Mortos ao nascerem.....	2 2

Bragança—N'uma correspondencia dirigida d'esta cidade ao *Jornal do Porto*, encontram-se os seguintes paragraphos ácerca dos salubres beneficios que á industria vinicola d'aquelle districto podem resultar da redução de direitos nos vinhos que ultimamente se decretou na Gran-Bretanha, se facies meios de transporte permittirem a sua condução até aos grandes centros de exportação:

«Estradas! estradas! é o grito que se levanta de todas as povoações do districto de Bragança: é porque, felizmente, todos conhecem hoje a urgente necessidade de construir com promptidão as vias de comunicação, que nos tirem do isolamento em que estamos.

«O districto de Bragança, separado como está dos grandes centros consumidores e exportadores, não pôde levar os muitos productos do seu solo a esses grandes centros em que devem consumir-se ou exportar-se, senão através de muitos perigos e fadigas, porque as estradas são precipicios medonhos, que ameaçam a cada passo, de risco imminente, generos e transportes; e assim as despesas de condução sobrecarregam os generos e tal forma, que, sendo aqui muitos d'elles baratissimos, não podem competir com os produzidos n'outras localidades que, ou têm boas estradas, ou estão mais proximas dos focos consumidores.

«A diminuição de direitos, que tiveram em Inglaterra os vinhos, permite que se levem para ali outros de mui diversa qualidade dos que lá se consumiam até agora. Esta medida é de um grande alcance para nós, mas não nos aproveitará em quanto não tivermos a nossa viação completada, e em quanto não for abolida a legislação que prohibe a exportação, pela barra do Porto, de outros vinhos que não sejam os do Douro.

«Este districto produz vinho, em grande quantidade, e das qualidades as mais variadas; temos desde o vinho mais fino e generoso até ao verde mais ordinario. Os vinhos produzidos nas Arcas, Nuzelos, Agrochão, Nuzedo, Bragança, Gimonde, Armoniz, Vinhaes, Roios, etc. são muito proprios para serem exportados, sendo devidamente preparados, e deveriam ter muita aceitação em Inglaterra: mas, quando mesmo seja permittida a sua exportação pela barra do Porto, não é possível levar a esta cidade muitos d'elles, porque as despesas de transporte seriam iguaes, se não superiores, a 50 por cento do seu custo.

Beja—O desejo de tornar efficaç a administração municipal parece que se apoderou de todas as reacções que ao presente gerem os negocios dos municipios. Ainda bem. No *Bejense* encontra-se a seguinte noticia ácerca de uma importante medida que vae adoptar a camara municipal de Beja:

«Incançavel em promover os interesses do municipio, trata de ensaiar a cultura dos pinheiros no sitio denominado os Coitos.

«Esta medida da camara é tanto mais acertada quanto é verdade que entre nós escaseiam as madeiras necessarias para diferentes construcções, demandando muitos sacrificios e despesa a sua importação.»

—O mesmo jornal diz que no domingo, 15 do corrente, devia ter logar uma montaria aos lobos, na charneca dos Coveiros.

O *Bejense*, dizendo que são incalculaveis os prejuizos que os lavradores d'aquelles sitios haviam soffrido nos gados que se apascentavam nas suas herdades, confia por isto em que todos concorreriam da melhor vontade para debellar tão grande mal.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 10 do corrente, e de Paris até 8.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Turim, 8 de abril—Dizem as correspondencias de Roma que o general Lamoricière foi muito bem recebido pelo summo pontifice.

O secretario do duque Cesarini foi desterrado. Foram postos em liberdade alguns dos individuos que tomaram parte nos acontecimentos de 19 de março ultimo.

Marselha, 8—Espalhou-se em Roma o boato de que o rei Victor Manuel reclamou os presos politicos pertencentes ás Legações.

Berlin, 8—A Prussia respondeu á nota da Suecia dizendo que o governo prussiano se póde de accordo com os das outras grandes potencias para que se alcancem condições favoraveis para a confederação helvetica.

HESPAÑIA

O jornal official de Madrid publica no seu numero de 10 do corrente o seguinte despacho telegraphico, transmittido de Burgos pelo capitão general:

«O chefe de columna de Torquemada communica de Villandino que, tendo seguido o caminho de Osorno, descobriu nas immedições de Osornillo uma partida carlista. Os revoltosos fugiram, ficando preso o chefe Carrion, e seu filho morto. Foram apprehendidos pelas forças da rainha tres cavallos e algumas armas.»

—No dia 6 do corrente chegou a Palme o general Mendinueta que vae substituir o ex-general Ortega no commando militar das ilhas Baleares. O general deixou em Palme o batalhão de Aragão, e no dia 7 tencionava partir para Mohon com o regimento de Valencia.

(La Correspondencia de Espana.)

—A *Gaceta de Madrid* publica no seu numero de 10 do corrente o texto litteral da concordata celebrada pelo governo hespanhol com a corte de Roma, em virtude da autorização concedida pelas camaras.

PIEMONTE

O jornal *Courrier du Dimanche* publica a analyse de uma circular confidencial, dirigida pelo conde de Cavour, por occasião da abertura do parlamento sardo, aos agentes diplomaticos do Piemonte nas cortes estrangeiras. O Piemonte engrandecido, e sendo hoje o reino da alta Italia, adquiriu uma importancia que necessariamente reflecte no homem de estado, que é por assim dizer, a personificação d'essa grande mudança. O rei, no seu discurso, não proferiu uma só palavra relativamente á politica estrangeira. O conde Cavour declara que o governo de sua magestade sarda nem por isso tencionava conservar-se estranho ás complicações da Europa; mas que a sua primeira e principal preocupação será a dos negocios internos. O conde de Cavour falla tambem dos ultimos actos da santa sé, para provar que de todo se dissiparam as apprehensões provocadas por esses actos, e parece recordar as palavras do rei na parte relativa ao respeito que sua magestade professa pela igreja e pelo papa, e á firmeza com que o governo se propõe a manter a distincção entre os direitos da igreja e os do estado.

A circular, segundo o *Courrier du Dimanche*, diz

tambem que a autonomia administrativa da Toscana será apenas temporaria.

—Suppõe-se geralmente que a cessão da Saboya e do condado de Niza não passará sem opposição no parlamento sardo, e o general Garibaldi annunciou já uma interpegação sobre este assumpto.

Quanto ao voto das populações, parece que as cousas não estão tão adelantadas como o indica o jornal italiano *Opinione*. Numa proclamação, inserta no *Moniteur* de 7 do corrente, o governador regente da provincia de Chambéry limita-se a pedir ás populações «que se resignem a esperar pelo momento solemne em que deverão emitir os seus votos, segundo o modo que será ulteriormente adoptado.»

—Dizem as correspondencias de Bolonha que o corpo do general Cialdini, que forma hoje o quarto corpo do exercito italiano, com o nome de corpo da Emilia, tomou posição na Romania, no estado de Parma, e de Modena. Este corpo compõe-se das divisões Villamarina, Roselli e Decavero, de uma forte brigada de cavallaria e de oito baterias de artilheria. As divisões que o compõem estão completas e bem organisadas. Já as praças de Ferrara, Bolonha e Ravenna estão occupadas. A fortaleza de Ferrara vae soffrer modificações importantes no seu systema de defeza. (La Patrie.)

ROMA

O *Journal des Débats* publica uma correspondencia de Roma, datada de 31 de março ultimo, na qual se lê o seguinte:

«O cardeal Antonelli enviou, no dia 29 do corrente (março), aos membros do corpo diplomatico, a fim de que elles o transmittam ao seu governo respectivo, um protesto contra a annexação da Romania. Em seguida damos esse importante documento:

«Vaticano, 24 de março.

«As intrigas do partido revolucionario, que se tornou mais ousado durante a ultima guerra, tiveram o resultado a que elle aspirava há muito tempo, a rebelião dos estados centraes da peninsula, das Romanias, e o engrandecimento do Piemonte, em prejuizo dos principies legítimos. No meio d'estes dolorosos acontecimentos o summo pontifice nutria a esperança de que considerações superiores pela religião e pela justiça suspenderiam o progresso do mal. Todavia não foram tomados em consideração direitos sagrados, e realisou-se a espoliação de uma parte dos dominios da santa sé. Por um decreto, publicado em Bolonha no dia 1.º d'este mez (março), os povos da Emilia foram obrigados a emitirem o seu voto a favor do Piemonte. Todos os recursos, todas as violencias e mil baixas foram praticadas para que o voto correspondesse ao fim que se tinha em vista. Pelo acto de acceitação de 18 de março, o rei Victor Manuel causou o maior pesar ao summo pontifice, que viu a igreja despojada do seu dominio temporal por um principe catholico herdeiro do throno de monarchas illustres pela sua santidade.

«O summo pontifice, como tem restricta obrigação de guardar e defender o direito da soberania temporal, deu ordem ao abaixo assignado, secretario d'estado, para que proteste contra a violação dos direitos incontestaveis da santa sé, que sua santidade entende dever manter na sua integridade, não reconhecendo e declarando nullo e illegal tudo quanto tem sido feito ou de futuro se faça n'essas provincias.

«O movimento dos catholicos, que se manifestou apenas foram commettidos os primeiros attentados contra o dominio temporal da igreja, faz crer que o summo pontifice conseguirá evitar que os soberanos reconheçam este acto de usurpação sacrilega e fraudulenta.

«O secretario d'estado, pedindo a v. s.ª que leve ao conhecimento do seu governo este protesto, julga dever acrescentar, que o summo pontifice espelra tambem que a cooperação do governo que v. s.ª representa não lhe ha de faltar para que um dia cesse a espoliação contra a qual reclama altamente o direito das nações.»

SUISSA

Os dois conselhos que compõem a assembléa nacional suissa votaram quasi por unanimidade as propostas do conselho federal, e os poderes pedidos por elle. Não se sabe ainda se é por meio de uma conferencia, ou por simples correspondencia diplomatica, que as potencias devem adoptar uma resolução definitiva sobre as reclamações da Suissa, na parte relativa a Chablais e Faucigny.

A *Independence Belge* sustenta que a França não approva a reunião de uma conferencia, porém, n'esta parte, as informações não são unanimes; mas suppõe-se que a conferencia terá effectivamente logar.

NOTICIAS LITTERARIAS

REFORMA DA ACADEMIA DAS BELLAS ARTES DE LISBOA

(Continuado do n.º 75.)

DOS MODELOS E DA NECESSIDADE DE UMA GALERIA

O ensino artistico, e os processos que verdadeiramente podem iniciar nos segredos das artes do desenho, não dependem só de mestres esclarecidos e bons compendios, carecem tambem de modelos aperfeiçoados e primorosos, porque os modelos são as theorias e preceitos demonstrados nos seus resultados mais evidentes e indicativos, isto é, nos exemplos.

E mais fecunda, mais inspiradora e instructiva a lição que pôde dar, ácerca da vehemencia da dor expressa pela energia da verdade anatomica, a vista e analyse do grupo de Laoconte, do que todas as regras ensinadas por um professor ainda dos mais intelligentes; e da mesma sorte, um retabulo de Rubens ou de Miguel Angelo accende mais facilmente o sentimento intimo de arte, fonte das grandes concepções, e revelação instinctiva das elevadas theorias, do que todas as explicações que se possam dar de bello ideal e da maneira de o traduzir nas combinações propriamente materiaes da pintura e da estatua.

Uma collecção de estatuas ou modelos classicos, assim como uma galeria que reúna o melhor que se possa obter dos bons quadros estranhos e nacionaes, constituem uma das necessidades mais instantes da academia, necessidade que as crescentes aspirações dos nossos artistas e o impulso espontaneo da marcha progressiva nas cousas de arte cada dia mais proclamam e demonstram.

Quanto aos modelos do antigo, mais ou menos lá estão. A collecção que depois de dez annos de profundas contendas e delongas chegou á academia, se não satisfaz cabalmente os desejos dos mais entendidos e escrupulosos nas bellezas da estatua, apresenta contudo já um estimulo de instrucção pratica, que não pôde deixar de produzir effectos apreciaveis.

As estatuas modelos vindas de Roma não são das mais perfectas: as que saem do *atelier de modelage* de Desachy são inquestionavelmente transmittos muito mais conscienciosos de todos os primores da escultura e estatua antiga e moderna. E acrecece que, aos defeitos provenientes da imperfeição e antiguidade dos moldes, os gessos de que se trata vieram mutilados, caida parte d'elles para lhes encobrir as fracturas, e outros são até velhos e usados.

—No entanto, pôde dizer-se que alguns dos monumentos que nos deixou o cinzel grego e italiano os

possue actualmente a academia. Pena é que esta acquisição, que tão debatida e aziagada foi, se não tornasse mais completa e abrangesse outras phases, que representem e resumem hoje a historia da escultura moderna.

Isto não é dizer que os marmores de Athenas, do Capitolo e do Vaticano não sejam, para o artista, como o epilogo, eloquente, de tudo que pôde fecundar o talento e elevar a imaginação ás regiões mais ideaes do bello. Phidias e Lysippo, Miguel Angelo e Canova, Ghiberti e Cellini, abrem por certo os capitulos mais gloriosos na historia das artes esculpturales e allumiam com o esplendor do seu engenho todas as veredas por que possa voar a phantasia.

Mas a arte não se deteve ali; progrediu e ainda assignalou epochas symbolizadas por nomes que a critica não pôde deixar de indicar com louvor e admiração, porque esses nomes representam novas theorias e fundaram novas escolas. Goujon e Puget, David, Thorwaldsen e Pradier são artistas impossiveis de esquecer, quando o conhecimento das diversas modificações por que tem passado a escultura, e a estatua especialmente, forme o complemento de estudos desenvolvidos. O Milon de Cretona do Louvre, como modelo do exaspero da força humana em luta, o Prometheu de Pradier, como a mais dilacerante manifestação da agonia, a Diana de João Goujon, como tudo que a natureza possui de voluptuosos, serão sempre um reflexo sublime das mais puras inspirações da antiguidade, animado pelo fogo, pela energia da paixão que lhe soube infundir o espirito moderno.

E ainda mesmo querendo levar o estudo exemplificativo da escultura só ás obras monumentaes do cinzel grego, e pôr de banda, como meras variantes de interpretação ou superficialidade da imitação servil, os primores que se admiram em Versailles, nas Tuilherias, no Louvre, e até mesmo no museu britannico e na glyptotheca de Munich, ainda assim a collecção dos gessos que hoje possui a academia das bellas artes de Lisboa não abrange os verdadeiros esforços do genio artistico que a critica é unanime em proclamar como o mais sublime e inspirado da expressão plastica. O *Thesou* de Phidias, o *Jupiter Olympico*, as estatuas de Germanicus e Moyses, talvez as quatro produções em que resplande de uma luz divina toda a sublimidade do genio da estatua, não existem na academia.

Esqueceriam porventura, ou seriam julgadas inferiores aos modelos vindos de Roma?

Não é facil de acreditar. A pessoa encarregada da escolha não podia ser tão alheia a esta parte da historia da arte, que ignorasse a existencia das suas mais proclamadas manifestações.

Seria porque em Roma ou em Paris não haveria os modelos de que se trata?

Tão pouco; porque em Roma ha modelos de tudo que produz a antiguidade; e quando os não houvesse, a fabrica do Louvre apresenta a mais sortida e perfeita collecção de gessos, que possa desejar o artista, ou que deva completar o estudo analytico das variadas combinações da esthetica e da plastica n'uma academia.

O facto pois não se explica, senão pelo facto inequebrantavel que persegue as nossas cousas de arte. Não apparecerá nunca mais abençoada que as consiga exorcismos desta ruina e negra sina?

A resposta custa realmente a desentranhar das difficuldades e resistencias que ali se lhe oppõem. Não é um impossivel, mas toda a reforma completa que deva produzir o verdadeiro artista para Portugal ainda vem longe. Desejavamos poder-la saudar em nossos dias: desesperámos porém da possibilidade.

Voltemos á outra necessidade que julgámos instantanea para a academia: á formação de uma galeria de quadros.

A academia das bellas artes de Lisboa tambem não tem uma galeria de quadros. Todos que formam idéa do que importa que seja uma academia de pintura, e que saibam como esta natureza de estabelecimentos é creada e desenvolvida lá fora, desde a escola de Paris até aos institutos de artes de Munich, percebem a utilidade de uma galeria de quadros, como meio unico de estudo analytico, e aquelle que mais cabalmente pôde iniciar nos segredos dos grandes mestres, na apreciação e excellencia das diversas escolas e na differença de generos e estilos.

E todavia, estas idéas são quasi que desconhecidas entre nós. Por excepção as possui, mas incompletas, mas vagas, alguma vocação especial, d'estas que se consagram á arte como a um objecto do seu culto predilecto.

Entre mesmo a maxima parte dos professores, este estudo é desconhecido. E a culpa não parte d'elles. Não é só um apego tradicional a rotinas e theorias menos acceitaveis, que lhes indispõem a intelligencia e a vontade para entrarem na apreciação d'esta parte propriamente philosophica e poetica da arte, assim como dos diversos processos mecanicos, que denunciam e caracterizam os verdadeiros genios da pintura; não são tanto estas as razões como a impossibilidade que ha em poder effectuar e methodificar estes estudos, porque não é só na academia onde não existe uma collecção de quadros que apresentem as principaes divisões, representadas na pintura pelos grandes mestres, mas não existe em Lisboa, nem mesmo em ponto algum de Portugal.

E será porque nesta terra não haja elementos para se formar uma galeria? O motivo não é este; o motivo não é de impossibilidade absoluta, é de impossibilidade relativa. A razão d'isto é o desleixo, a incuria, a ignorancia que predomina em todas as nossas cousas. O governo tem meios facies, sem gravar o thesouro com despesas onerosas, de formar uma galeria, ou um pequeno museu, onde os discipulos da academia encontrem as principaes indicações exemplificativas para os esclarecerem e dirigirem nos seus estudos. Os quadros que possui a academia, que não são tão poucos, nem de tão insignificante valia como muita gente pensa, que bem se pôde julgar pelo voto insuspeito e illustrado de um estrangeiro, do conde de Raczynski, no seu livro *Les arts en Portugal*; estes quadros pois, com os quadros do Ramalhão, que o governo comprou quando esteve em hasta publica o espolio da finada rainha D. Carlota Joaquina, formam já por si um certo numero de obras preciosas que ainda pôde ser augmentado por outras dispersas que existem por essas igrejas que foram dos extinctos conventos, e outros locos menos sabidos, e que são posse nacional. Todos esses quadros colligidos, restaurados, collocados e dispostos por ordem n'um edificio apropriado, formavam uma riqueza aproveitavel aos mais fecundos destinos da arte, e que todavia, como elles ali se acham, espalhados, esquecidos, desprezados, de nada aproveitam, nem como ornato, nem como principio de instrucção.

Ahi temos um exemplo recente, com o bello quadro de Rubens, que se acha no coro da igreja de Jesus (hoje parochia das Mercês), que é ignorado de muitos, e cuja posse tenta disputar-se actualmente á fazenda nacional. É um retabulo de vastas dimensões, representando a resurreição de Christo, de grande valor artistico por ser incontestavelmente um precioso original do fundador da escola flamenga. Em S. Roque, na igreja dos Paulistas, em S. Francisco de Paula, na Bompasta, na Madre de Deus, e em muitos outros edificios que pertencem ao es-

Entenda-se que citamos e fallamos d'estes modelos, segundo a apreciação que d'elles fazem os primeiros criticos em cousas de arte, e pelo conhecimento, aliás imperfecto e incompleto, que nos podem dar as descrições e as estampas.

tado, existem obras de subido valor, de muitas das epochas em que mais florescem a pintura nacional e estrangeira. Ha ahi retabulos e quadros de Rebelo, de André Reinoso, de Gaspar Dias, de Vieira Luzitano, de Bento Coelho, e até de Holbein, de Ferdinand Boll, da epocha classica dos Carracci e de Ticiano, ou de um estylo que se aproxima. São muitos d'elles monumentos que podem figurar com vantagem n'uma galeria, e contudo por ahi estão por esses velhos claustros, coros, capellas e sacristias de antigos mosteiros, conhecidos sómente dos eruditos, e ignorados dos mancebos que se dedicam á pintura.

É uma grande riqueza nacional que o artista poderia consultar e estudar com proveito para si e para a arte do seu paiz; mas que, derramada e escondida, como se acha, só excita a laboriosas excursões o antiquario, que, no simples achado de um primeiro em pintura, se acha remunerado da sua afluência romana.

De maneira que todos lamentam a falta de uma galeria de pintura, onde se vejam obras de bons mestres; todos conhecem a importancia e influencia que ella poderia exercer no desenvolvimento do sentimento artistico; subsistem até meios e elementos para a poder formar, e contudo nem se pensa em a organizar, como se houvesse que vencer impossiveis. O proprio governo, animado d'estes intentos, comprou os quadros do espolio da rainha D. Carlota, e, apesar d'isto, nada se tem feito. Os que já eram da academia lá estão igualmente sumidos por aquelle dedalo de corredores escuros; e os demais que eram propriedade dos antigos conventos, e que, com a abolição das instituições monasticas, passaram para a fazenda publica, por ahi existem da mesma forma: os melhores, sendo cobertos por proteções singulares e exigencias inadmissiveis, como o quadro do Rubens do coro da igreja de Jesus; e os outros de menos valia, perdidos ou ignorados pelos depositos publicos, ou pelas sacristias dos velhos mosteiros. Não fallaremos nos que têm sido roubados, que são muitos e de grande valia.

Talvez nos opponham á insistencia das nossas reclamações o obstaculo que, mais ou menos, sempre têm levantado, todas as vezes que esta questão se ergue de pé que é a falta de um edificio appropriado, com local espaçoso e disposto para semelhante fim, porque em verdade nos irregulares e encruilhados claustros de S. Francisco, occupados pelas aulas da academia, bibliotheca, deposito de extinctas livrarias e governo civil, não o ha, nem com a amplitude, nem com as condições de luz que o intento requer.

Mas essa difficuldade, que se tem sempre feito valer, e elevado á altura de impossibilidade, é sanavel. Se querem tratar de fazer já uma simples galeria, com as pinturas que mais proximamente se possam obter e colligir, a propria academia tem hoje espaço para isso com as duas salas que dentro em mezes vão ficar concluidas. Mas se querem entrar em obra mais vasta e completa, como é possível conseguir dos recursos que possuímos; se querem fazer um pequeno museu, que não só o alumno da academia possa consultar, mas que tambem o forasteiro intelligente visite sem desaire para as nossas artes, tente-se empregar mais digna, e destine-se para esse fim a velha igreja do Carmo, que pela poesia tradicional que a reveste, e merito architectonico que a recommenda, se apresenta naturalmente como um local appropriadissimo para este intento.

A despeza a que isto montaria não devia ser grande, e em todo o caso seria menor que outras muitas que por ahi se tem feito, com desfaleço do thesouro e esterilidade de resultados.

Era esta a maneira mais completa de satisfazer tão inquestionavel necessidade, de uma forma decente e digna de uma capital que se presa de estimar as artes, e ufana de contar em si bellezas que o provam. Lisboa ficava com um museu que attestasse a maneira brilhante por que o genio nacional da pintura fulgura desde os seculos XVI e XVII, e os nossos instinctos artisticos achariam uma fonte de inspiração e ensino.

O Porto, apesar dos seus poucos recursos n'este genero, já nos deu o exemplo, mas os poderes publicos d'este paiz não vão pelo estimulo moral, e ainda menos pelo incentivo em assumptos de arte. Com raras e louvaveis excepções, tem predominado sempre um fatal divorcio entre os governos; que ultimamente se têm succedido, e as cousas da arte. Se exceptuarmos a reforma da academia em 1836, iniciativa que devemos á concepção vastamente progressiva do sr. Manuel da Silva Passos, e mais algumas commissões nomeadas em diferentes epochas para a restauração da torre de Belem, e conservação do edificio da Batalha, a não ser isto nada mais apparece na successão de algumas vintenas de annos, que atteste ser Portugal um paiz onde a pintura e a escultura têm achado interpretes que symbolisam as suas melhores epochas por monumentos de notavel fama.

CONCLUSÃO

Recapitulamos os pontos, que temos indicado n'esta serie de artigos, e de cuja realisção, como bases de um verdadeiro complexo de estudos sobre bellas artes, fazemos depender o futuro desenvolvimento e progressos da nossa academia.

As necessidades mais capitais, e cuja satisfação só por si nos parece resolver o grande problema, são as seguintes:

Serem obrigados os mancebos, que se dediquem ao estudo das bellas artes, a terem o curso de instrucção secundaria, de que deverão apresentar carta de exame; ou, em certos casos excepçoes, admitir-se que frequentem o lyceu simultaneamente com os estudos da academia;

Dar-se um mais completo desenvolvimento ao ensino da perspectiva, podendo os alumnos, que necessitem de aprofundar os principies e theorias d'esta parte das sciencias naturaes, cursar a aula de physica na escola polytechnica;

Ser elevado o conhecimento da anatomia a toda a importancia que exerce na pintura historica e na estatua. Além do ensino theorico, que deve ser largamente indicado em todas as suas applicações pelos professores de escultura e pintura historica, é indispensavel que os alumnos d'estas aulas frequentem, como espectadores, as preleções de anatomia theorica e os estudos de dissecação, que fazem parte do primeiro anno do curso das sciencias medicas na escola medico-cirurgica;

Reformar completamente o methodo do ensino da aula de paisagem, tomando-se por base ou ponto de partida a natureza como a fonte de inspiração e o modelo unico que deve influir nos interpretações livres do artista;

Ordenar uma collecção completa de estudos-modelos de anatomia plastica, como se vêem hoje em quasi todas as academias de bellas artes da Europa. É este um ramo de instrucção, que, junto a um estudo continuado e bem dirigido do *nu*, habilita o talento destinado á reproducção da forma humana, no marmore ou na tela, a seguir com facilidade todas as exigencias das suas mais ambiciosas concepções, quando ellas tenham por fim a manifestação da verdade anatomica e jogo de musculatura;

